

AMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 - S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

COMISSÃO DE COMÉRCIO, TURISMO, INDÚSTRIA, OBRAS E		
SERVIÇOS PÚBLICOS		
OBJETO	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA № 419/2025.	
EMENTA	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº	
	6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO - PLANO	
	PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E	
	SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO,	
	E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$	
	493.795,19 (QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL,	
	SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E DEZENOVE	
	CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE	
	DEZEMBRO DE 2024 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA,	
	DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL	
	DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
AUTOR	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
PARECER	FAVORÁVEL	
DADECED		

PARECER

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, tem por finalidade promover de abertura de Crédito Especial, no valor de R\$ 493.795,19 (quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), destinado a custear despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A presente abertura de Crédito Adicional Suplementar serão utilizados para aquisição de materiais, realização de emissão de empenhos para aditivos e reajustes de obras que se encontram em andamento por esta secretaria.

A abertura de Crédito Adicional Especial encontra respaldo nos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, especialmente:

Artigo 41, inciso II, que define o crédito especial como destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Artigo 42, que permite a abertura de créditos adicionais desde que haja indicação dos recursos correspondentes;



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 - S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

Artigo 43, §1º, inciso III, que prevê como fonte de recursos para créditos adicionais a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, devidamente autorizada por lei.

O presente Projeto de Lei também promove ajustes necessários no PPA e na LDO, garantindo a coerência entre os instrumentos de planejamento e o orçamento anual, conforme determina o art. 165 da Constituição Federal e legislação correlata.

Desta forma não vislumbro óbice na tramitação regular do projeto. Portanto, diante do apresentado, este relator manifestase FAVORÁVEL a tramitação do referido projeto.

Tangará da Serra, 25 de Novembro de 2025.

HORÁCIO PEREIRA RELATOR			
EVÂNIA FÉLIX PRESIDENTE	DONA NEIDE VICE-PRESIDENTE		
☑ PELAS CONCLUSÕES☐ DE ACORDO, COM RESTRIÇÃO☐ CONTRÁRIO AO RELATOR	☑ PELAS CONCLUSÕES☐ DE ACORDO, COM RESTRIÇÃO☐ CONTRÁRIO AO RELATOR		